

O Empreendedorismo, o Protagonismo Juvenil e os Cursos Superiores de Tecnologia

Edson Detregiachi Filho

Docente do Curso de Tecnologia em Mecatrônica Industrial – Faculdade de Tecnologia de Garça (FATEC-Garça)

www.fatecgarca.edu.br – Prol. Av. Presidente Vargas-2331 – 17.500-000 – Garça – SP

Pesquisador e Docente do Curso de Engenharia de Produção – Centro Universitário Eurípedes – UNIVEM - Marília

www.univem.edu.br – Av. Hygino Muzzi Filho- 529 – 17.525-901 – Marília-SP

engedson2009@gmail.com

Abstract. *This article analyzes the dropout in technology education from the standpoint of a aspect of research results, namely, the transfer of responsibility to the student, that the system of education promotes, to mediate the problem of truancy. It also analyzes the concepts of "entrepreneurialism" and youth protagonism, "disseminated by the educational policies in Brazil, aiming to identify approaches to the implementation of these policies, with the transfer of responsibilities of governments for the actors involved in the process.*

Resumo. *Este artigo analisa a evasão escolar na educação tecnológica sob o foco de uma vertente dos resultados obtidos em pesquisa, qual seja, a transferência da responsabilidade para o aluno, que o sistema de educação vigente promove, para mediar o problema da evasão escolar. Analisa também os conceitos de empreendedorismo e protagonismo juvenil, disseminados pelas políticas públicas educacionais no Brasil, pretendendo identificar aproximações na implementação dessas políticas, com a transferência de responsabilidades dos governantes para os atores envolvidos no processo.*

1. Introdução

Este texto é derivado de pesquisa desenvolvida na Faculdade de Tecnologia (FATEC) de Garça, sobre o tema da evasão escolar. Apesar da elevada concorrência no vestibular, o que sugere uma seleção dos candidatos mais bem preparados, da grande popularidade dos cursos oferecidos pelas FATECs, aliado o fato de serem cursos gratuitos, um dado apresentado pela Instituição causou inquietação e motivou a elaboração da pesquisa, qual seja, de cada dez alunos matriculados nas FATECs, apenas cinco concluem o curso superior de tecnologia, o que representa o elevado índice de 50% de evasão escolar.

A justificativa é que a evasão escolar contrapõe-se à inclusão social pretendida pelo oferecimento dos cursos superiores de tecnologia. O objetivo geral é determinar os fatores que conduzem os alunos à evasão escolar. Como objetivo específico procurou-se, verificar as principais dificuldades que os alunos encontram ao iniciar o curso superior de tecnologia, as sugestões dos alunos para facilitar a sua permanência nesses cursos e a percepção dos diretores da Unidade Escolar em relação aos motivos que levam os alunos à evasão escolar.

A pesquisa é um estudo de caso desenvolvido mediante a aplicação de questionários aos alunos ingressantes nos cursos da Unidade Escolar e também pela aplicação de entrevistas às dirigentes da UE acerca do tema da evasão escolar. A metodologia de pesquisa adotada, pretende desvendar o tema da evasão escolar no limite imediatamente anterior à sua ocorrência. A justificativa dessa opção metodológica é devido ao fato de que a decisão de evasão por parte do aluno é um processo complexo e conflituoso entre as questões objetivas e subjetivas e quando essa decisão é tomada, na grande maioria das vezes o evadido não deseja mais falar sobre o assunto, não deseja retomar temas frustrantes, ou se concorda em abordar o tema, o faz apenas para se livrar do pesquisador, não importando o verdadeiro motivo, que ele não quer mais questionar, afinal a decisão, que aniquilou seu sonho de um curso superior, já foi tomada. Isso torna muito difícil a pesquisa em evasão, por isso são tão poucas. Apresenta-se uma proposta diferente, de avaliar as dificuldades apontadas e as contradições envolvidas no processo.

Esse texto aborda uma vertente dos resultados obtidos, qual seja, a transferência da responsabilidade para o aluno, que o sistema de educação vigente promove, para mediar o problema da evasão escolar. Ao transferir para o aluno e também para os docentes essa questão imbricada com as questões sociais e econômicas, o sistema vigente pretende confundir a crítica e legitimar sua inoperância em relação ao tema.

2. Empreendedorismo, Protagonismo Juvenil e o Mercado de Trabalho

Essa estratégia de transferir as ações necessárias para os atores envolvidos no processo, na tentativa de eximir os governantes de suas obrigações, é recorrente nas políticas públicas educacionais brasileiras.

O Projeto de Lei n.º 4530/2004, elaborado pela Câmara Federal dos Deputados, propõe o Plano Nacional da Juventude, PNJ, com o objetivo de traçar as diretrizes para a formulação de políticas públicas dirigidas à população jovem nos dez anos subsequentes. O PNJ, contempla entre seus objetivos e prioridades o “desenvolvimento do protagonismo e o incentivo ao empreendedorismo juvenil”.

O protagonismo Juvenil disseminou-se na legislação educacional por ocasião da reforma do ensino médio no Brasil e apesar de sugerir a efetiva participação do aluno na vida social e escolar é imbricado de conceitos teóricos e interpretações que precisam ser explicitados.

A discussão do parecer n. 15/98 em diversas audiências públicas revelou que sua estrutura teórica muito bem articulada e seu estilo aparentemente sem arestas não eram capazes de elidir a veiculação de conceitos

polissêmicos, cuja significação no contexto, entretanto, era de difícil apreensão. Em certo sentido, o documento criou o que Veríssimo, em 2002 (apud FRIGOTTO & CIAVATTA, s.d.), chamou de “inferno semântico”, segundo o qual os significados partilhados por uma literatura progressista são sutilmente enviesados (ou tornados “híbridos”, como aponta Lopes, 2002a), procurando legitimação ao embaralhar os campos político-ideológicos, confundindo a crítica. (ZIBAS, 2005, p. 21).

O conceito de protagonismo juvenil, segundo Ferretti; Zibas e Tartuce (2004, p.412) “é reconhecidamente fluido e multifacetado, carregado de significado pedagógico e político, o que o torna um potencial catalisador de conflitos e, portanto, um fértil objeto de estudo”. Segundo esses autores, é uma forma de educação para a cidadania, na qual o jovem é sempre o ator principal, sendo que, essa concepção educacional foi introduzida no Brasil nos anos 20 e 30 do século passado e tem raízes no pensamento de Dewey.

De acordo com Rabello (2004, p.1), a palavra protagonista vem do grego Protagonistés, o principal lutador, a personagem principal de uma peça dramática, ou a pessoa que desempenha ou ocupa o primeiro lugar em um acontecimento.

Ferretti, Zibas e Tartuce (2004, p.420) defendem a importância, de estudo comparativo, efetuado entre autores que abordam o tema, em busca da definição do termo Protagonismo Juvenil. Apontam que “é possível encontrar uma forte aproximação das ideias por eles defendidas, com os elementos centrais das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM, especialmente no que se refere à educação para a cidadania.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o protagonismo aparece inserido em um contexto de autonomia intelectual, responsabilidade, iniciativa para lidar com situações novas. As grandes linhas do discurso contidas nesses parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, apresentam o “protagonismo”, como uma cidadania de qualidade nova, que seria responsável pela constituição de um novo ideal de convivência. Porém, não explicita de que maneira deverá ser implementado e apenas genericamente transfere essa incumbência para a escola, conclamando a um esforço na busca desse pretenso ideal.

Espera-se que a escola contribua para a constituição de uma cidadania de qualidade nova, cujo exercício reúna conhecimentos e informações a um protagonismo responsável, para exercer direitos que vão muito além da representação política tradicional: emprego, qualidade de vida, meio ambiente saudável, igualdade entre homens e mulheres, enfim, ideais afirmativos para a vida pessoal e para a convivência. (BRASIL, 2000, p.59).

Para fundamentar teoricamente o protagonismo abordado na legislação, reconhecidamente fluido e multifacetado, carregado de significado pedagógico e político, Ferretti; Zibas e Tartuce (2004) desenvolveram trabalho que teve por objetivo pesquisar a bibliografia existente sobre esse tema em busca de aproximações e distanciamentos conceituais entre os autores abordados. Citando diversos autores consultados, Ferretti;

Zibas e Tartuce (2004, p.414) defendem que “a ação cidadã e/ou a preparação para tal tipo de ação constituem o cimento semântico que une as diferentes expressões que diversos estudiosos usam para nomear e discutir o envolvimento de jovens em seu contexto escolar, social e/ou político”.

Ainda segundo Ferretti; Zibas e Tartuce (2004, p.418), essa forma de encarar e promover a participação de jovens e adolescentes, com a intenção de auxiliar a população diante de suas necessidades, contribui com a possibilidade de despolitizar o olhar sobre as determinações da pobreza, “desviando o foco das preocupações do debate político e social sobre tais determinações para o da ação individual ou coletiva”. Pretende dessa forma, transferir por meio do protagonismo, as responsabilidades para os indivíduos, “um exemplo atualmente muito visível, relativo à perversidade da ênfase nesse tipo de participação, diz respeito aos processos de inserção e manutenção no mercado de trabalho, quando a responsabilidade é deslocada para o indivíduo”.

Isso nos faz refletir que essa estratégia ao deslocar para o indivíduo a responsabilidade pela inserção e manutenção no mercado de trabalho também está presente na estratégia do empreendedorismo, promovendo uma aproximação entre essas ideologias. Uma segunda aproximação pode ser verificada, em relação a necessidade de enfrentar riscos, que o discurso pretende instilar como sendo fator fundamental para o exercício do protagonismo juvenil, igualmente disseminada por meio do empreendedorismo.

3. Educação Tecnológica para o Mercado de Trabalho

As políticas públicas relativas à Educação Tecnológica justificam suas ações defendendo a necessidade de preparar o profissional para atender as necessidades do mercado de trabalho. Porém, transferem para o aluno a tarefa de mediar a deficiente formação na educação básica gerida pelo modo de produção vigente.

A pesquisa sobre evasão escolar, desenvolvida na FATEC Garça, apontou que em relação às dificuldades encontradas no início do curso, aproximadamente 70% dos alunos elencou a dificuldade em acompanhar o desenvolvimento das disciplinas por deficiência de formação no ensino fundamental e médio, aliada à falta de tempo para manter estudos extra-aulas para suprir tal deficiência, o que são contradições de ordem objetiva.

Dessa maneira, ao alcançarem este novo patamar em sua trajetória de qualificação profissional, os alunos se deparam com dificuldades de ordem estrutural do sistema, ou seja, a deficiência na educação básica, além das dificuldades históricas inerentes à educação profissional, como a dupla jornada estudo e trabalho, que dificultam o desenvolvimento das atividades acadêmicas necessárias ao curso. Esta dupla transferência de responsabilidades para os alunos aponta a incoerência do sistema, ressaltando suas contradições, gerando ações que conduzem à desistência dos cursos, à evasão escolar.

A transferência de responsabilidades aos alunos que o sistema promove, atinge também a categoria docente, que é constantemente monitorada por sistemas de avaliação e, muitas vezes, apontada como principal responsável pelas consequências geradas pelas contradições do sistema, entre elas a evasão escolar.

Essas avaliações, aplicadas com a justificativa de busca da qualidade para o âmbito educacional, podem também acabar tornando-se instrumentos de controle remoto do sistema, promovendo a competição predatória entre os docentes e as Unidades Escolares, pois seus dados são comparados e utilizados para a atribuição do bônus mérito aos docentes, uma retribuição financeira aos índices atingidos. Essa estratégia perversa procura transferir a culpa pela evasão escolar ao corpo docente, transferindo também para os professores a impossível tarefa de reverter a evasão escolar, decorrente de questões sociais, econômicas e políticas imbricadas que demandam políticas públicas efetivas por parte dos governantes.

4. Conclusão

No âmbito social é imprescindível estarmos atentos a essas estratégias e manobras de transferência de responsabilidades, maquinações da participação dos atores envolvidos no processo, pois segundo Boron (2005, p.136), o neoliberalismo e o pós-modernismo contribuem para o declínio do pensamento crítico instilando a mentira do “pensamento único, construído sobre as premissas da economia neoclássica absolutamente capaz de decifrar o sentido e os traços característicos da nova sociedade”. O caminho para a desconstrução das ‘maquinações’ certamente é o pensar independente, o mais livre possível de influências e manipulações alheias, que possibilita comparar o discurso com a prática real e traz como atributo maior a possibilidade de tecer reflexões acerca das questões do cotidiano, principalmente para empreender ações alternativas.

Segundo Dal Ri e Vieitez (2008, p. 16), vivemos um tempo paradoxal, coexistindo os grandes avanços na ciência e na tecnologia com enormes retrocessos no âmbito social, e apesar da crescente desigualdade social, “parece ser impossível contrapor-se ao sistema do capital e à sua lógica destrutiva”.

A pesquisa desenvolvida aponta também, que apesar das dificuldades inerentes à deficiência na formação básica, os alunos procuram, no limite de suas possibilidades, reverter tal situação, mas para isso precisam dispor de tempo para dedicação aos estudos, o que esbarra na necessidade que a maioria dos alunos têm de trabalhar para suprir suas necessidades e de sua família. Dessa maneira, 23% dos alunos que sugeriram ações dos governantes para a permanência nos CSTs apontaram prioritariamente para os incentivos de ordem econômica e financeira. Esses incentivos poderiam ser traduzidos em auxílio para o pagamento de transporte e alimentação, moradia estudantil, possibilidade de redução da jornada de trabalho nas empresas para que os alunos pudessem se dedicar mais aos estudos e, também, a possibilidade de poderem apenas estudar, contando para isso com ajuda financeira mediante bolsas de estudos.

Embora as dificuldades acadêmicas apontadas pelos alunos apareçam como deficiências pessoais, observa-se que as dificuldades não são de nível individual, ao contrário, são consequências das contradições estruturais do modo de produção capitalista na condução da educação. Por um lado, essa condição exige dos alunos ação de reforço nos estudos para suprir as carências causadas por uma educação básica cada vez mais deficiente, como várias pesquisas recentes vêm mostrando. Por outro lado, a ausência de tempo para isso, pelo acúmulo da dupla jornada de estudo e trabalho, ratifica a contradição

estrutural do sistema em relação à educação, pois transfere para o aluno a responsabilidade de mediá-la. A impossibilidade para cumprir tal tarefa ressalta as contradições, conseqüentemente, gerando ações que conduzem à evasão escolar.

REFERÊNCIAS

BORON, A. A.. Hegemonia e imperialismo no sistema internacional. In: BORON, A. A. (Org) **Nova hegemonia mundial**. São Paulo: CLACSO Brasil, 2005. p. 133-154.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. **Educação Democrática e Trabalho Associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas Fábricas de Autogestão**. São Paulo: Ícone Editora, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: 2000. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. >Acesso em: 27 ago. 2007.

FERRETTI, C.; ZIBAS, D. M. L.; TARTUCE, G. L. B. P. **Protagonismo Juvenil na Literatura Especializada e na Reforma do Ensino Médio**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 411-423, maio/ago. 2004.

RABELLO, M. E. D. L. **O que é protagonismo juvenil?** Salvador: 2004. Disponível em: <http://www.ufrn/engenhodesonhos.org.br>. >Acesso em: 27 ago. 2007.

TEIXEIRA, F. J. S. **O neoliberalismo em debate**. In: TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. **Neoliberalismo e Reestruturação produtiva**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996. p. 195-252.

ZIBAS, D. M. L. **A Reforma do Ensino Médio nos Anos de 1990: O parto da montanha e as novas perspectivas**. In: PARDAL, L.; VENTURA, A.; DIAS, C. **ENSINO MÉDIO E ENSINO TÉCNICO NO BRASIL E EM PORTUGAL: raízes históricas e panorama atual**, Campinas,SP: Autores Associados, 2005. p. 3-42.